

AS TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E A AÇÃO DO ESTADO

Mauricio Galeazzi Medeiros de Farias

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, UNIJUÍ – Campus Ijuí, RS, Brasil,
mauricio.galeazzi.farias@gmail.com

Dr. Daniel Knebel Baggio

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, UNIJUÍ – Campus Ijuí, RS, Brasil,
baggiod@unijui.edu.br

Dr. Airton Adelar Muller

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, UNIJUÍ – Campus Ijuí, RS, Brasil,
airton.mueller@unijui.edu.br

Informações de Submissão

Autor Correspondente Mauricio
Galeazzi Medeiros de Farias,
endereço: Avenida Brasil, 696 – Santo
Ângelo - RS - CEP: 98801-590.

Recebido em 06/04/2016

Aceito em 10/04/2016

Publicado em 21/02/2017

Palavras-chave

Papel do Estado. Teorias do
Desenvolvimento. Políticas de
Desenvolvimento Regional.

Keywords

Role of the State. Theories of
Development. Regional Development
Policies.

Resumo

A busca pelo desenvolvimento das regiões tornou-se um assunto constante nos debates entre economistas das mais diversas linhas do pensamento. Este artigo caracteriza, a partir de uma análise bibliográfica, o papel do estado em algumas das teorias do Desenvolvimento Regional que apesar de serem pensadas e idealizadas em outras épocas, ainda fazem parte da literatura e da política atual e também, possuem identificação com as ideias de John Maynard Keynes, um dos mais importantes economistas da nossa história. As teorias analisadas foram a Teoria da base de Exportação, Teoria da Causação Circular e o pensamento da CEPAL. A escolha destas justifica-se por serem teorias de intervenção e ação do poder público. Também, pela grande influência que estas exerceram nas políticas implantadas por governos de diversos países e inclusive no Brasil, portanto, essas teorias continuam fazendo parte das ferramentas do economista regional. Atualmente acredita-se que a riqueza não é um fim em si, mas um meio para atingir objetivos mais humanistas, mais importantes, e a preocupação com o desenvolvimento equilibrado e sustentável tornou-se indiscutível. A partir disso, a análise e as reflexões dessas teorias permitem avançar na direção de um novo modelo de desenvolvimento capaz de unir o capital social, capital humano, conhecimento, investigação, inovação, informação e que também, as instituições estejam presentes para que assim, se tenha melhores condições de atingir um objetivo equilibrado e sustentável com elevados índices de coesão social, econômica e territorial buscando sempre o bem estar social.

Abstract

The search for the development of the regions has become a constant topic in discussions between economists of different lines of thought. This item features from a literature review, state role in some of the theories of Regional Development that despite being designed and

idealized at other times, are still part of literature and current policy and also have identification with ideas John Maynard Keynes, one of the most important economists of our history. The theories were analyzed Export Base Theory, Theory of Causation Circular and the thought of ECLAC. The choice of these is justified to be intervention theories and action of the government. Also, the great influence exerted on these policies implemented by governments of several countries, including in Brazil, so these theories are still part of the regional economist tools. Currently it is believed that wealth is not an end in itself but a means to more humanistic, more important goals, and concern for the balanced and sustainable development has become undeniable. From this, the analysis and reflections of these theories permit progress towards a new development model capable of uniting the social capital, human capital, knowledge, research, innovation, information and also the institutions are present so that, to be better able to achieve a balanced and sustainable objective with high levels of social, economic and territorial cohesion always seeking the welfare.

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, o conceito de Desenvolvimento é baseado em três visões distintas: desenvolvimento como crescimento econômico, desenvolvimento como satisfação das necessidades básicas e o desenvolvimento como elemento de sustentabilidade socioambiental. Este trabalho possui como referência uma dimensão política, econômica, social e ambiental para entender assim, a qual direção o desenvolvimento vai levar, porém essas dimensões não são as únicas que possibilitam o estudo, mas são as mais importantes na fase atual do sistema capitalista.

No campo político, o termo é usado pela primeira vez em um programa do governo de Truman, presidente dos Estados Unidos da América, quando em seu discurso de posse em 1949 aplicou o termo para dizer que iniciava uma nova era no mundo - a era do desenvolvimento. Em suas palavras:

É preciso que nos dediquemos a um programa ousado e moderno que torne nossos avanços científicos e nosso progresso industrial disponíveis para o crescimento e para o progresso das áreas subdesenvolvidas. O antigo imperialismo - a exploração para o lucro estrangeiro - não tem lugar em nossos planos. O que imaginamos é um programa de desenvolvimento baseado nos conceitos de uma distribuição justa e democrática (TRUMAN *apud* ESTEVA, 2000, p.59).

Com isso, começa o desejo dos países ricos de auxiliar as nações atrasadas em seu desenvolvimento e a palavra subdesenvolvimento aparece pela primeira vez, aumentando a vontade de se ter uma mudança. Para este trabalho, a abordagem do conceito de

desenvolvimento posiciona-se na utilização de idéias da geografia, sociologia, política e economia na medida em que, se trata do desenvolvimento social e econômico num contexto territorial e em um determinado período de tempo.

Já nos anos de 1960, Celso Furtado chamava a atenção para o desafio de construir forças políticas, econômicas, sociais e intelectuais para romper as estruturas que vinham do passado colonial, escravista, de dependência, e assim promover o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos.

Para se alcançar o desenvolvimento econômico é preciso que as instituições garantam a ordem pública, a estabilidade política, o bom funcionamento do mercado, e boas oportunidades de lucro para estimular os empresários a investir e inovar. É necessário, portanto, que o estado tenha capacidade para formular políticas, cobrar impostos e impor a lei.

Grande parte dos esforços dos governantes está voltada para promover o desenvolvimento do país. Nas campanhas eleitorais, na qual os políticos estão permanentemente envolvidos, o critério principal de êxito ou fracasso adotado por eles mesmos e por seus eleitores é o de sua capacidade de promover o desenvolvimento econômico ou a melhoria dos padrões de vida.

É importante analisar teorias do desenvolvimento formuladas pelos economistas clássicos, Keynes, e pelos que, desde a Segunda Grande Guerra Mundial, desenvolvem mais teorias e estratégias sempre levando em consideração todas as estruturas econômicas, as instituições, às sociedades, a política, o mercado, o poder, os interesses e as convicções dos agentes econômicos e dos formuladores de estratégias de desenvolvimento para assim com elas, orientar a ação prática.

1- TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO E A AÇÃO DO ESTADO

Ao tratar sobre Desenvolvimento Regional é possível identificar diversas teorias. Entre elas, algumas se utilizam com veemência de políticas públicas para assim, atingir o bem estar social.

Esta pesquisa busca caracterizar algumas delas e a partir disto identificar a função do Estado na busca pelo Desenvolvimento das regiões.

O próximo capítulo caracteriza e identifica a função do Estado na lógica de Gunnar Myrdal na busca pelo desenvolvimento regional.

2.1- Desenvolvimento Econômico e o Processo de Causação Circular Cumulativa: A Lógica de Gunnar Myrdal

A teoria de Gunnar Myrdal buscou explicar a dinâmica da economia regional entre e dentro de países, pois acreditava que a teoria econômica da época não tinha instrumentos adequados para analisar de forma correta as desigualdades existentes entre as regiões e que as inter-relações sofriam influências exógenas ao modelo. Como o sistema é, para ele, instável e desequilibrado, criou a teoria da causação circular cumulativa.

Esta teoria seria como um ciclo vicioso que poderia ocorrer em direção negativa ou positiva. Qualquer fator negativo é ao mesmo tempo causa e efeito de outros fatores negativos como que qualquer fator positivo acarretaria em novos outros fatores positivos. Isso explicaria uma série de relações sociais, por exemplo, se certa região perdesse uma indústria importante os efeitos seriam imediatos, pois iria trazer desemprego, diminuição da renda e também das demandas locais após, provocaria uma queda na demanda de atividades das outras regiões, seria necessário então, mudanças exógenas para que esta localidade não perca seus fatores de produção, capital e trabalho para regiões mais atraentes. O mesmo exemplo pode ser dado se diminuíssem os impostos sobre a produção isso geraria maior oferta de emprego, aumentaria a renda e em consequência a demanda por bens e serviços tornando assim, o lugar mais atrativo para ter novas atividades e investimentos.

Myrdal (1965) defende a idéia de que as intervenções públicas podem e devem contrabalançar e neutralizar o funcionamento destes ciclos, pois se as forças de mercado não forem controladas por esta política intervencionista, a produção industrial e as outras atividades econômicas tendem a se tornar concentradas por isso deve-se buscar uma melhor equidade entre as regiões para não deixar nenhuma estagnada e se alcançar um melhor desenvolvimento.

Seria necessário, portanto, um plano de desenvolvimento e integração nacional. Este deveria ser como um programa estratégico de intervenções nas forças do mercado englobando diferentes setores econômicos e sociais para assim, impulsionar a região, se ter um progresso social, incentivar o investimento, influenciar a distribuição do capital em regiões distintas, melhorar a infraestrutura, capacitar à criação de novas plantas industriais, fornecer capacidade de importação para adquirir novas máquinas assim como equipamentos, aumentar a produtividade na agricultura e investir em saúde, educação e treinamento da população. Enfim, o propósito principal seria estimular os chamados “*spread effects*” (efeitos propulsores) entre as regiões e diminuir os “*backwash effects*” (efeitos de polarização).

Este planejamento seria pensado em termos reais e não em termos dos custos e nem com visão de lucro, porque vários destes investimentos são necessários porem não lucrativos do

ponto de vista do mercado, pois tem o propósito de criar economias externas e aumentar a competitividade futura. O resultado, em um processo de causação circular cumulativa, seria um aumento da renda e da produção maior do que os gastos das políticas intervencionistas que foram adotadas além do mais, garantiria o desenvolvimento com algumas transformações sociais.

Se uma região se expandisse, geraria os “*backwash effects*” em outras regiões, pois o fluxo de capital (chegada de poupança das regiões menos desenvolvidas) assim como o livre comércio em favor das regiões avançadas aumentaria tornando com isso, localidades com desenvolvimentos distintos. Portanto, todas as mudanças negativas que tiveram origem fora da região, sejam econômicas ou não, são consideradas “*backwash effects*”. Já os “*spreads effects*” atuam ao contrário, pois são os ganhos obtidos pelas regiões estagnadas. Entretanto, estes efeitos se equilibrarão de forma que as outras localidades não se desenvolverão com as mesmas taxas de progresso tendo assim, um desenvolvimento desigual e descontínuo entre essas regiões.

Myrdal buscou evidenciar as diferenças econômicas entre regiões e as classificou em dois grupos: “desenvolvidas”, que eram aquelas caracterizadas por uma renda *per capita* alta, com uma integração nacional mais dinâmica e investimentos. Já as regiões “subdesenvolvidas”, foram caracterizadas por terem níveis de renda *per capita* reduzidos e índices de crescimento baixo. Nessa caracterização, Myrdal destacou que dentro dos próprios países existem regiões com diferenças de crescimento, visto que os países desenvolvidos possuem regiões mais estagnadas e nos países subdesenvolvidos existem regiões com um nível de prosperidade maior.

A partir disso, surgiram algumas constatações de que em um pequeno grupo de países existem aqueles em situação econômica favorável com um nível de desenvolvimento contínuo e outro grupo maior em situação econômica desfavorável com um desenvolvimento descontínuo. Vendo este cenário o autor constatou de que a diferença entre eles aumentava nas últimas décadas.

Para Myrdal (1965), as técnicas que os países desenvolvidos utilizavam deveriam ser analisadas e aplicadas em países subdesenvolvidos. Também, explicou o porquê da diminuição das diferenças regionais nos países mais avançados e o aumento desta nos países subdesenvolvidos, pois eram os próprios efeitos que controlavam isso, ou seja, quanto maior o *spread effects* mais fácil de controlar o *backwash effects*.

Com isso, torna-se indispensável, para Myrdal (1965), a presença ativa do Estado afinal, é ele quem vai dar para a região ou localidade mais periférica os equipamentos, a infra-estrutura, empresas públicas de grande dimensão e serviços que proporcionam um aumento da renda

local, das receitas fiscais. Enfim, seria função do Estado controlar os impedimentos da busca pelo progresso, a concentração de investimentos e renda ocasionada pelo processo cumulativo.

2.2- Teoria da Base de Exportação de Douglas North

Um dos primeiros estudos feitos para uma região alcançar certo desenvolvimento foi com Douglas North na década de 1950 em seu livro “*Location theory and regional economic growth*” onde explica a dinâmica da economia norte americana. Esta teoria surgiu da constatação de que muitas regiões se desenvolveriam sem precisar passar pelas etapas que os teóricos antecessores acreditavam. As etapas seriam as seguintes: a) deveria estar localizada perto de onde estivesse os recursos naturais, ser uma economia de subsistência, auto-suficiente e agrícola; b) através de melhorias nos transporte a próxima etapa, seria um desenvolvimento do comércio e da especialização local; c) diversificando as atividades agropecuárias poderia assim surgir um comércio com regiões mais distantes; d) o próximo estágio impulsionado pelo crescimento da população, dos rendimentos decrescentes da agricultura e das industriais extrativas se conseguiria uma pequena industrialização de manufaturas e mineração; e) o estágio final seria uma especialização das atividades terciárias para a exportação.

Essa teoria foi a primeira a inserir a exportação como fator chave para o crescimento de uma região. Ele enfatiza que transferir produtos para “fora” tem um papel importante na determinação do nível de renda absoluta e per capita, também, produzem um efeito multiplicador sobre a economia e que o desenvolvimento depende desde o início de sua capacidade de produzir artigos exportáveis afirmando, que países que se voltassem para o mercado externo teriam um processo de desenvolvimento mais rápido, mas sua teoria não é válida para regiões com uma estrutura complexa, população numerosa e um estágio de desenvolvimento econômico e social mais avançado. Sua teoria focaliza nas chamadas “regiões novas”.

Para North (1977), a primeira condição para um país exportar é possuir recursos naturais que as outras nações demandam, este era um fator exógeno do seu modelo, quanto maior a “dotação” destes recursos, maior será a vantagem comparativa deste país. Outra condição seria de produzir com o mínimo de custo incluindo os custos de transferências e de processamento, isso faria com que as regiões “novas” melhorassem a competitividade de seus artigos de exportação sendo assim, um fator endógeno de sua teoria.

A base de exportação desempenha um papel de extrema importância para o desenvolvimento da região, contudo, não deve ser a única preocupação, pois dependem de diversos fatores. Para não ficar “encalhada”, termo utilizado por North, deve-se mudar a base

quando houver mudanças na demanda externa da região devido às alterações nas preferências dos consumidores com os artigos produzidos, quando os custos de produção como terra, trabalho e transportes não tornarem seus produtos competitivos assim como a tecnologia e, quando os recursos ou matérias primas não se tornarem mais disponíveis. Por isso, os desenvolvimentos de regiões tendem a ser desiguais, pois a irregularidade destes fatores é comum.

Existem fatores que ao contrário, elevam o crescimento das exportações como o maior desenvolvimento dos transportes tornando possível assim a produção de bens que antes eram economicamente impraticáveis, um aumento da renda em outras regiões na qual faz com que aumente a demanda pelos produtos, um progresso tecnológico e a participação do governo com a criação de benefícios sociais básico.

North (1977) divide a economia em atividades básicas e não básicas. Atividades básicas seriam voltadas para a exportação incentivando as não básicas como uma força motriz, já estas, estariam destinadas para o abastecimento do mercado interno fornecendo assim uma espécie de suporte. Com o passar do tempo, segundo ele, as atividades ligadas à exportação perderiam espaço para as atividades não básicas, pois não conseguem manter-se de forma sustentada sem uma gama de serviços além de uma infra-estrutura eficiente.

Um fator que também é favorável para o desenvolvimento da região é o efeito que a atividade exportadora causa sobre os outros setores, sendo identificado por North, como o efeito multiplicador. Com a especialização da produção interna, os produtos podem ser exportados, isso vai gerar renda, estimular o emprego e viabilizará o aumento das importações onde uma parte delas atenderá a demanda da produção que vai possibilitar uma diversificação da produção local, pois aumentará a capacidade de desenvolver novos bens e serviços para em uma próxima etapa poder exportá-los, desde que economicamente viáveis, substituindo assim as importações, isso se tornará uma espécie de círculo. Já a outra parte será consumida pela demanda da população atendendo suas necessidades. Portanto, uma economia segundo o autor, não prospera sem exportações contínuas que permita importar em grandes volumes até tornar a produção do bem ou serviço viável, também, sem um mercado interno consolidado e que possibilite a inovação e diversificação de novos produtos. Para que haja o buscado efeito multiplicador sobre os demais setores é preciso que se tenha igualdade na renda gerada, quanto maior a desigualdade menor será o desenvolvimento econômico e social, percebemos este efeito, por exemplo, na economia brasileira nos ciclos da cana de açúcar e do café, em que uma pequena parcela da sociedade ficava com quase toda a renda gerada pelo comércio e impossibilitava a o surgimento da substituição das importações.

Segundo Dílson Trennepohl (2010):

“(…) Tão importante quanto diversificar as atividades motrizes do desenvolvimento regional é aproveitar mais e melhor o potencial de multiplicação dos efeitos positivos ancorados nas bases exportadoras. Cada atividade econômica integrante da base exportadora da região gera demandas para atividades complementares e subsidiárias que podem ser atendidas por iniciativas da própria região. Enquanto tais demandas estiverem sendo supridas majoritariamente pela importação, a renda gerada anteriormente apenas passa pela região sem produzir efeitos mais relevantes no desenvolvimento. Entretanto, quando a produção e a oferta de tais mercadorias forem internalizadas, haverá uma ampliação dos impactos no emprego e na renda local.”

Quando North (1977) cita a industrialização, ou seja, a presença de indústrias pesadas, ele diz que não é essencial para a continuidade do processo de desenvolvimento econômico, pois é possível sim manter sua dinâmica através da exportação de produtos agrícolas, cujo sucesso vai aumentar o surgimento de atividades secundárias e terciárias voltadas para o mercado local, haveria apenas dificuldade para desenvolver as chamadas “indústrias sem raízes” que são aquelas que aparecem por acaso em uma determinada região. Para ele industrialização significa vender bens finais ou intermediários, não necessariamente, bens manufaturados mais elaborados.

O autor da teoria divide em quatro tipos de atividades industriais que podem ser desenvolvidas: a) indústrias de matérias primas na qual se localizam junto da sua fonte; b) atividades de serviços voltadas para a indústria de exportação; c) indústria local que produz para o consumo interno e; d) indústrias sem raízes, que são aquelas inadequadas para uma região.

Referindo-se ao avanço tecnológico o autor cita que é de extrema importância, pois com ele é possível produzir mais, deslocando a curva de produção para a direita, aumentando assim a renda gerada na economia.

Para melhorar a competitividade dos produtos de exportação no mercado nacional e internacional é necessário ter organizações de comercialização, sistemas de crédito, mão de obra qualificada e indústrias complementares além do mais, é preciso uma ligação entre sociedade, setor privado e setor público para promover o bem estar econômico, assim, fica claro para North, de que é preciso atitudes políticas e ajuda governamental para que ocorra o desenvolvimento.

Percebe-se que a teoria da base de exportação foi direcionada para explicar o processo de desenvolvimento de alguns países novos que ainda não tenham se desenvolvido e possuem baixa densidade populacional. A teoria usa a variável exportação como uma peça chave e à medida que tais países alcançassem um estágio mais avançado de desenvolvimento, surgiriam

novas atividades no mercado interno gerando renda, emprego e propiciando a criação de novos produtos destinados à exportação.

2.3- O Pensamento da Cepal e a Função do Estado em cada etapa

Ocorreram diversas transformações na economia mundial após o período das Guerras como um maior protecionismo e uma menor elasticidade da demanda por produtos primários, isso colocou em risco a idéia predominante da época que era Teoria das Vantagens Comparativas na qual atuava com um livre comércio. Com a “revolução keynesiana”, formou-se em alguns países latino-americanos um clima de tensão contra o liberalismo, gerando um processo de industrialização por causa dos desequilíbrios que aconteceram na balança de pagamentos desses países.

Porém, ainda faltavam teorias para dizer que a industrialização era o caminho mais fácil para “pular” etapas e alcançar o desenvolvimento de forma mais rápida, sustentando aqui que “*natura facit saltum*” (a natureza dá saltos). Essa fundamentação teórica começou a partir do surgimento da Comissão para a América Latina e Caribe (CEPAL), em 1948. Os países latino-americanos estavam insatisfeitos por terem sido excluídos da ajuda do Plano Marshall à Europa e também pelo sucateamento dos equipamentos da indústria ocasionado pela falta de dólares para importar devido à crise das exportações. Sediada em Santiago, no Chile, consolidou-se como um dos principais centros de reflexão sobre a economia e políticas de desenvolvimento da região formando, um pensamento econômico contra o liberalismo, que viria a influenciar toda uma nova geração de economistas.

Seu pensamento pode ser separado em duas etapas e cinco fases. Começou com a etapa estruturalista que foi até meados dos anos 80 e após, a segunda etapa, chamada de neo-estruturalista vigora desde o início dos anos 90.

A primeira etapa foi conhecida como “desarrollo hacia adentro”, esta na qual, reúne às quatro primeiras fases do seu pensamento começando pelos anos 50 com a industrialização por substituição de importações; nos anos 60, a agenda de reformas e as teorias econômicas e sociológicas da estagnação, da dependência e da diferenciação estrutural; nos anos 70, as “formas” de crescimento e a reorientação da industrialização para assim, promover exportações industriais; e nos anos 80, renegociação da dívida, controle da inflação e ajuste expansivo. Essa etapa implica na defesa do processo de industrialização latino-americana, na diminuição da vulnerabilidade com o mundo externo e em reformas estruturais internas, todas com uma grande participação do Estado. Os principais autores desta etapa são Raúl Prebisch, Celso Furtado, Osvaldo Sunkel e Aníbal Pinto, entre outros.

Nos anos 50, o principal objetivo da CEPAL (1949) era de alcançar a industrialização pela substituição das importações. O autor, Raul Prebisch, criou nos primeiros anos a “idéia original” do pensamento cepalino, que era uma análise da relação centro-periferia fazendo um comparativo de como eram as economias mais dinâmicas dos países centrais e as economias menos dinâmicas dos países latino-americanos caracterizando também, os seus problemas estruturais.

Esse processo de substituição das importações se “esgotou” com isso, a CEPAL (1949) propôs nas duas décadas seguintes, uma sequência de reformas estruturais para assim, viabilizar o desenvolvimento, por exemplo, a reforma agrária e a redistribuição de renda. Mas era preciso superar a dependência e buscar mais equidade nas ações de desenvolvimento combinando mercado interno dinâmico e um maior esforço exportador. Para isso, novas teorias do desenvolvimento foram criadas, a exemplo, a estagnação de Prebisch e Furtado, a dependência de Cardoso e Faletto e do chileno Osvaldo Sunkel, a heterogeneidade estrutural e os “estilos de desenvolvimento” do também chileno Aníbal Pinto. Além disso, o aprofundamento da dependência externa e as crises internacionais dos anos 1970 levaram a CEPAL (1949) a propor uma integração regional inicialmente baseada em um regionalismo do tipo “fechado” com a promoção das exportações industriais, o cuidado com o endividamento e à abertura econômica para superar a vulnerabilidade externa, tudo isso mantendo o Estado como indutor do desenvolvimento (BIELSCHOWSKY, 2000).

Porem, a dependência externa e a crise fizeram com que, nos anos 1980, a instituição deixasse de lado a idéia desenvolvimentista de longo prazo, e passasse a se preocupar com as questões macroeconômicas de curto prazo, sobretudo com o tripé dívida, inflação e ajuste. A principal recomendação cepalina nesse período era de substituir o ajuste recessivo imposto pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) por um ajuste expansivo. Era preciso então, combinar a renegociação da dívida com o controle da inflação, para viabilizar um ajuste com crescimento. Vencidas as restrições externas e internas impostas pela crise da dívida, e com a melhora do ambiente econômico internacional para a América Latina, ressurgiu nas décadas seguintes o interesse cepalino pela temática do desenvolvimento econômico em termos de produção e de distribuição, assim como o seu enfoque em questões de longo prazo. Só que agora “adaptada aos novos tempos de abertura e desregulação”, começando assim uma nova etapa do seu pensamento: o neo-estruturalismo.

O neo-estruturalismo corresponde até o presente momento à quinta fase do pensamento cepalino e a segunda etapa. Iniciou nos anos 90 em torno da idéia de Transformação Produtiva com Equidade. A CEPAL (1949) procurou se adaptar a uma conjuntura diferente daquela

encontrada nos anos anteriores. A partir de então, essa instituição incorporou medidas que foram recomendadas pelo governo neoliberal norte-americano e de órgãos como o FMI e o Banco Mundial, formulados no “Consenso de Washington”. Então, ela começa a apoiar as reformas liberalizantes na região, agora sob a “lógica dos mercados” e com atuação estatal passiva e complementar nesse processo. Entretanto, os objetivos finais da etapa anterior são mantidos.

A primeira década do neo-estruturalismo cepalino foi até 1997 e a segunda é dividida em dois períodos conjunturais, começando no ano seguinte e terminando em 2008. Essa nova posição que a CEPAL (1949) assumiu ainda é motivo de discussão e de algumas divergências entre os economistas, pois seu pensamento neo-estruturalista apresenta semelhanças e também diferenças com o estruturalismo clássico dos anos anteriores.

Duas das etapas estão ligadas por elementos comuns como a idéia da relação centro-periferia; a análise da inserção internacional, análise dos problemas estruturais internos como crescimento, progresso técnico, renda e emprego; e as possibilidades de intervenção do Estado para promover o crescimento e o desenvolvimento econômico.

A primeira etapa estruturalista (1948-90) procurou legalizar o processo de industrialização latino-americana, diminuindo a vulnerabilidade externa e fazendo reformas estruturais internas, tudo isso, coordenado por uma forte intervenção estatal. Já a etapa neo-estruturalista, iniciada em 1990, manteve os principais elementos da análise estruturalista, mas introduziu apenas novos esquemas analíticos. No entanto, a agenda de Transformação Produtiva com Equidade originada na década de 1990 e aprofundada nos anos 2000 rompeu com o pensamento anterior quando incorporou o conceito de “regionalismo aberto”, que era baseado nas novas teorias neoclássicas do comércio internacional, como a abertura comercial, a desregulação, a privatização e outras reformas estruturais de cunho liberalizante. O Estado então perdeu o seu papel estratégico de promotor do desenvolvimento, e passa a atuar como coadjuvante das forças de mercado. Embora o neo-estruturalismo fosse similar ao estruturalismo em muitos aspectos e quanto aos objetivos finais, afastou-se deste nos meios utilizados para atingir os fins pretendidos, ainda que isso tenha sido uma maneira da instituição se adaptar aos tempos de abertura econômica, buscando conservar a influência dos anos iniciais, mas que foi sendo perdida ao longo das três últimas décadas.

Com isso percebemos que a CEPAL (1949) representou um grande avanço em direção à elaboração de um pensamento econômico independente das correntes teóricas que existiam, pois teorias e análises que aconteciam nos países desenvolvidos eram colocadas, quase que sem nenhuma mediação, para a realidade dos países latino-americanos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estes teóricos estudados evidenciavam as irregularidades do processo de crescimento e desenvolvimento, portanto, em todas as teorias é necessária e intervenção estatal por causa da tendência de concentração setorial e espacial.

Myrdal, dizia que as economias mais pobres produziam bens primários com baixo valor agregado, enquanto as economias mais dinâmicas aproveitavam os lucros da produção em escala e promoviam rápidas expansões no parque industrial tendo assim, um grau de desenvolvimento desigual entre as localidades. Para que isso não ocorra, Myrdal (1965) defendia de forma ardente a intervenção do Estado na economia para conter as forças de mercado, buscar um progresso social com o objetivo de melhorar a qualidade de vida, estimular o investimento, alocar os recursos em regiões distintas, melhorar a infra-estrutura, aumentar a produtividade da agricultura, fornecer uma melhor saúde, educação e treinamento da população. Fatores estes, quando combinados, tenderiam a aumentar os níveis de igualdade regional.

Vencedor do Nobel de Economia em 1993, Douglass North acredita que as nações vão prosperar quando seus governantes garantirem a competição entre as empresas e fortalecerem as instituições. Os países que não pensassem assim, para ele, permaneceriam em situação de atraso econômico e social, pois esses fatores são mais importantes que riquezas naturais, clima favorável ou agricultura. O principal papel do Estado deve ser de restringir e criar regras econômicas que garantam a estabilidade e incentivem a competição para tornar a iniciativa privada mais eficiente.

A partir da década de 1950, após a II Guerra Mundial, forma-se na América Latina a CEPAL, que é um novo ciclo de pensamento sobre o desenvolvimento na qual o Estado desempenha funções de bastante importância.

Este pensamento é dividido em varias etapas. De 1950 a 1960 houve uma fase em que a idéia principal era a substituição de importações por um processo de industrialização. O Estado nesta fase era considerado então, o planejador, financiador, avalista, produtor, gerenciador e o condutor da industrialização.

A partir de 1970 os países da América Latina começaram a enfrentar dificuldades financeiras devido à dependência externa e a baixa capacidade de viabilizar o desenvolvimento. Começaram assim, tomar recursos externos e aumentar o seu endividamento para financiar a sua industrialização. Nesta fase, o estado na concepção cepalina deveria começar a pensar na igualdade social e nas exportações industriais para se alcançar o desenvolvimento.

O endividamento externo chegou ao seu ápice nos anos de 1980 e com ele, surgiram problemas com os credores internacionais e a inflação devido à ação estatal das décadas anteriores. Nesta fase, o pensamento cepalino era de que o Estado deveria buscar o fortalecimento das políticas fiscais, acumular capital, manter a harmonia social e renegociar as suas dívida.

Em 1990 surgiu uma nova proposta da CEPAL para a retomada do desenvolvimento da Região que foi conhecida como a Transformação Produtiva com Equidade. A idéia central era de que a região se industrializasse com a inserção da sociedade através da criação de empregos produtivos e de melhorias sociais. O papel do Estado se diferenciou do papel das décadas anteriores formando assim, um “novo” Estado, o qual não deveria ser “grande” como no passado e nem o financiador, admitindo um pensamento mais liberal devido a influencia do Consenso de Washington, do Banco Mundial, da Crise externada da Região e, ainda, a necessidade de retomada do crescimento de forma mais endógena.

Visto estas teorias e identificando a visão de cada autor, percebe-se que o Estado torna-se o responsável de articular diferentes atores e realizar investimentos nos mais variados setores e regiões, ampliando os efeitos de encadeamento do setor produtivo e o progresso entre as regiões.

As políticas de desenvolvimento, sejam elas locais ou regionais, precisam ter capacidade de atuação sobre as grandes variáveis econômicas como renda, emprego, crescimento e o mercado de trabalho. Afinal, não se pode pensar em política de desenvolvimento sem pensar, por exemplo, em criação de emprego e sem atuar sobre os juros, pois além de afetarem a competitividade dos produtos e serviços de uma região, ocasionam impactos sobre fundamentais aspectos da economia como a dinâmica do capital, as taxas de crescimento, os financiamentos, a relação entre investimento e especulação financeira, o grau de incerteza e de instabilidade da economia analisada.

Além do mais, sempre é bom lembrar que, as políticas macroeconômicas condicionam a extensão e a qualidade das políticas locais, pois estas podem causar importantes constrangimentos financeiros ao poder local.

Repensar as questões conceituais do desenvolvimento econômico e as principais teorias permite reflexões na direção de um novo modelo de desenvolvimento, que associe o crescimento da produção com a melhor alocação e utilização dos bens e serviços, onde o Estado e o mercado devem atuar na busca do bem estar social.

6 REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **O desafio do desenvolvimento**. Relatório sobre o desenvolvimento mundial. Rio de Janeiro: Banco Mundial/FGV, 1991.

BIELSCHOWSKY, R. (Org.) **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL**: uma resenha. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BREDA, Francisco de Assis; ANDRADE, Priscilla. A administração e as teorias do desenvolvimento. **Facef – Revista Eletrônica de Administração**, v. 01, n. 1, p. 01-31, jun./dez., 2002.

BRUM, A. J. **Desenvolvimento econômico brasileiro**. Petrópolis: Vozes/UNIJUÍ, 1999.

BOUDEVILLE, J.R. **Os espaços econômicos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973. **CADERNOS DO DESENVOLVIMENTO**. Ano 1, n. 1. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2006.

CEPAL. **Estudio Económico de América Latina**. Santiago, Chile, 1949.

ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: SACHS, W. **Dicionário do desenvolvimento**: guia para conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 59-83.

FURTADO, Celso. Formação de capital e desenvolvimento econômico. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Coord.). **A Economia do Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense. 1969.

_____. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural. 1983.

_____. Elementos de uma teoria do subdesenvolvimento. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL**: uma resenha. Rio de Janeiro: Record, 2000. v. 1.

_____. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

JARA, C. Planejamento do desenvolvimento municipal com participação de diferentes atores sociais. In: **Ação local e desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Konrad Adenauer Stiftung, 1996. n.11, Coleção Debates.

KEYNES, John Maynard. **Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Atlas, 1992.

MENGER, Carl. **Princípios de Economia Política**. 2ª edição, São Paulo 1987.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas**. (Texto original: *Economic Theory and Underdeveloped Regions*, 1957). Rio de Janeiro: Saga, 1965.

NORTH, D. C. (1955) "Location Theory and Regional Economic Growth". *Journal of Political Economy*, LXIII, Jun. Versão portuguesa em SCHWARTZMANN, J. (Org) (1977). *Economia Regional: textos escolhidos*. Belo Horizonte: Cedeplar.

NORTH, D. Teoria da localização e crescimento econômico regional. In SCHWARTZMAN, J. Economia Regional. Textos escolhidos. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.

North, D. (1993). Autobiography. The Bank of Sweden Prize in Economic Sciences in Memory of Alfred Nobel.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Estratégia Nacional e Desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, v. 26, n. 2, p.102, abr-jun., 2006.

PRADO JR., C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PREBISCH, Raul. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL: uma resenha**. Rio de Janeiro: Record, 2000. v. 1.

ROSTOW, W. **Etapas do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1951.

SANTOS, Elinaldo Leal. **Administração do desenvolvimento**. Vitória da Conquista, BA, 2009. (Notas de Aula).

STORPER, M. A industrialização e a questão regional no Terceiro Mundo. In: VALADARES, L.; PRETECEILLE, E. **Reestruturação urbana: tendências e desafios**. São Paulo: Nobel; Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Universitárias do Rio de Janeiro, 1990.

SUNKEL, Osvaldo; PAZ, Pedro. **A Teoria do Desenvolvimento Económico**. São Paulo: Difel, 1976.

TRENNEPOHL, Dílson. **Avaliação da contribuição potencial das principais atividades agropecuárias para o desenvolvimento econômico da Região Noroeste do Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul. 2010.

VÁRIOS AUTORES. **Conversas com Economistas Brasileiros Livro I**. São Paulo: Editora 34, 1ª edição, 1996.